

CARTA-CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO GRUPO GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA DA AFEAM, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A - AFEAM E, DE OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA PRESTEM COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI, NA FORMA DAS CLÁUSULAS ABAIXO:

Aos 05 (cinco) dias do mês de outubro de 2022, nesta cidade, em sua sede, a AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A – AFEAM, empresa pública estadual autorizada pela Lei estadual nº 2.505, de 1998, inscrita no CNPJ sob o nº 03.183.937/0001-38, situada na Avenida Constantino Nery, nº 5.733, Flores, CEP nº 69.058-795, Manaus, Amazonas, doravante designada CONTRATANTE neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, senhor MARCOS VINÍCIUS CARDOSO DE CASTRO, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade profissional sob o registro [REDACTED], emitida pelo Conselho Regional de Economia da 13ª Região - AM e CPF nº [REDACTED] e por sua Diretora de Administração, senhora CRISTINA COELHO DA SILVA, brasileira, divorciada, portadora da Carteira de Identidade sob o nº [REDACTED] SSP/AM e CPF nº [REDACTED], ambos domiciliados no mesmo endereço da CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa PRESTEM COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI, sociedade comercial, com requerimento de empresário devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Amazonas (JUCEA), em 10.7.2020, sob o nº 13600124607, inscrita no CNPJ sob o nº 63.642.862/0001-38, situada na Av. Domingos Jorge Velho, nº 300, Loja 01, Bairro Dom Pedro I, CEP 69.042-470, Manaus, Amazonas, doravante designada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu proprietário, senhor CLÁUDIO ANDRADE JÚNIOR, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] SSP/AM, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], residente e domiciliado na Rua [REDACTED] firmam a presente CARTA-CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO GRUPO GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA DA CONTRATANTE, em consonância com a autorização da CONTRATANTE, por meio do Documento de Dispensa de Licitação – DDL nº 28/2022-GERAD, de 5.7.2022, vinculado ao Processo de Contratação nº

016501.04.39/2022-AFEAM, por dispensa de licitação sob o amparo do artigo 29, inciso II, da Lei nº 13.303, de 2016, e nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Por força desta carta-contrato a CONTRATADA obriga-se a prestar à CONTRATANTE, os serviços de manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador de energia elétrica marca Stemac de 450KVA 220V, Stand-by, modelo DS11, motor SCANIA, e alternador WEG, modelo GT311, automático, localizado na sede da CONTRATANTE, conforme Orçamento nº 192/2022, de 21.6.2022, da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA realizará 1 (uma) vez ao mês, testes de desempenho no grupo gerador localizado na sede da CONTRATANTE, simulando a interrupção de pelo menos 1 (uma) hora do fornecimento de energia elétrica da concessionária.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Encontra-se incluso no preço dos serviços, que constituem as obrigações da CONTRATADA na presente carta-contrato, a mão de obra necessária à boa execução dos serviços, quando os defeitos apresentados forem por motivo de desgaste natural/normal ou decorrentes de defeitos exclusivamente gerados pelos serviços da CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As manutenções de caráter preventivo do grupo gerador de energia elétrica citado na Cláusula Primeira, incluem 1 (uma) visita semanal, em data programada entre as partes e em horários compreendidos entre 8h e 12h, e 13h30 min e 17h, de segunda à sexta-feira, exceto feriados.

PARÁGRAFO QUARTO: As manutenções de caráter corretivo serão feitas sob demanda, quantas vezes se fizerem necessárias, em caso de pane ou mau funcionamento dos equipamentos, através de chamados extraordinários/emergenciais, em regime de plantão (vinte e quatro) horas de chamadas extraordinárias, podendo serem efetuadas em feriados, finais de semana, horários extraordinários, desde que tal demanda justifique o esforço e por motivos excepcionais e inadiáveis.

PARÁGRAFO QUINTO: Todas as demais prestações de serviços e substituição de peças dos equipamentos com defeitos provenientes de oscilações na rede, anormalidades climáticas e/ou atmosféricas, roubos, furtos, incêndios, inundações, sabotagem e outros casos fortuitos e/ou de força maior, bem como manejo inadequado dos equipamentos, manutenção por pessoas não autorizadas, defeitos decorrentes de instalação de periféricos e acessórios não cobertos por este contrato serão cobrados da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEXTO: A CONTRATADA realizará uma manutenção a cada semestre (ou de acordo com o manual do fabricante) com a troca de insumos necessários, como: óleos lubrificantes, líquidos de arrefecimentos, todos os filtros, aditivos e outros que se fizerem necessários, conforme manual e especificações do fabricante, sendo de sua responsabilidade o fornecimento dos mesmos.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Quando necessária a substituição de peças e acessórios, os mesmos devem ser novos e originais, cujo custo de aquisição será por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE, além das previstas abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Efetuar as manutenções de caráter preventivo dos equipamentos citados na Cláusula Primeira, procedendo às verificações técnicas necessárias e efetuando limpezas, reparos e lubrificações, bem como substituição de peças sempre que se fizerem necessárias, sendo o custo das peças por conta da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Obriga-se ainda a CONTRATADA a atender toda e qualquer solicitação de conserto que receber da CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a partir da chamada.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA deve proceder ao que for necessário para deixar os equipamentos em perfeitas condições de uso, com prioridade a quaisquer outros serviços que porventura tenha.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OUTRAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA: A CONTRATADA é única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza, causados direta ou indiretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, objeto desta carta-contrato e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA é também responsável por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, tributária, comercial, securitária ou previdenciária e ambiental que resultem ou venham a resultar da execução desta carta-contrato, bem como por todas as despesas decorrentes de instalações e equipamentos necessários aos serviços e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA obriga-se a afastar qualquer empregado ou preposto seu, do local dos serviços, cuja presença, a juízo da fiscalização, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA é responsável por quaisquer danos e perdas originados de quaisquer ações ou omissões comprovadamente praticadas por

pessoas credenciadas pela mesma nas instalações e equipamentos de propriedade da CONTRATADA, de qualquer natureza e tipo.

PARÁGRAFO QUARTO: A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no Parágrafo Primeiro, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem pode onerar o objeto da carta-contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: Com o escopo de possibilitar a realização dos serviços citados na cláusula anterior, assume a CONTRATANTE as seguintes obrigações:

- a) Pagar o valor dos serviços na forma pactuada nesta carta-contrato;
- b) Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade verificada na execução das atividades objeto desta carta-contrato;
- c) Cumprir e fazer cumprir as obrigações que lhe caibam, decorrentes desta avença.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA – O prazo de vigência desta carta-contrato é de 12 (doze) meses, de 17.10.2022 a 17.10.2023, podendo ser prorrogado até o limite de 5 (cinco) anos, conforme disposto no artigo 180 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM – RILC AFEAM.

CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR – O valor global estimado da presente carta-contrato é de R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO: O valor desta carta-contrato será pago 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas no valor de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), em até 10 (dez) dias úteis, mediante atesto do setor competente na Nota Fiscal, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, em validade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Encontra-se inclusa no preço dos serviços, que constituem as obrigações da CONTRATADA na presente Carta-contrato, toda a mão de obra necessária à boa execução das manutenções preventivas e corretivas, englobando a garantia dos serviços prestados.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO: À CONTRATANTE é assegurado o direito de a seu critério e por meio dos representantes especialmente designados abaixo descritos, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização em todas as fases de execução dos serviços da CONTRATADA, sem prejuízo desta, de fiscalizar seus empregados ou prepostos:

Fiscalização Técnica: Josué Tavares dos Santos, matrícula nº 349 e Jean Carlos Silva de Andrade, matrícula nº 334, como fiscal substituto.

Fiscalização Administrativa: Lina Fernandes Pires da Silva, matrícula nº 137 e Liah Lopes Antela, matrícula nº 340, como fiscal substituta.

CLÁUSULA NONA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a CONTRATADA deverá:

I - Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

II - Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE mantenham o sigilo e a confidencialidade desses dados, além de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à CONTRATANTE. Esta por sua vez, ainda deve se comprometer a treinar e orientar a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

III - Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

IV - A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES: Pelo atraso ou pela inexecução total ou parcial injustificados do objeto do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa, na forma prevista neste Contrato; e

III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por até 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO: As sanções previstas nos incisos I e III, do caput, da Cláusula Décima, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ADVERTÊNCIA: A aplicação da sanção de advertência importa em sua comunicação à CONTRATADA, devendo ser informada no sistema cadastral correspondente ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, em caso da CONTRATADA possuir registro no referido Sistema, bem como ocorrer o seu registro junto aos documentos contratuais.

PARÁGRAFO ÚNICO: A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AFEAM e/ou a aplicação de multa no valor de até 05% (cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA MULTA: A sanção de multa será aplicada nos seguintes casos:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção de multa será aplicada nos seguintes casos:

a) Na execução do contrato, quando a CONTRATADA cometer alguma das infrações constantes da “Tabela 1 - Grau de infrações”, respeitada a dosimetria atribuída a sua respectiva gravidade, assim como os percentuais de multa dos graus de infração, por tempo de incidência ou ocorrência, constantes na Tabela 2 - Valor das Infrações por Grau:

Tabela 1: Grau das Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
01	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega dos produtos e/ou serviços contratuais.	03
02	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.	03
03	Deixar de cumprir quais quer dos compromissos assumidos na proposta comercial apresentada à CONTRATANTE, que embasou a contratação.	01
04	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização.	02
05	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE.	02
06	Deixar de atender às demandas e solicitações da CONTRATANTE nos prazos e horários estabelecidos em Comunicados.	02
07	Não entregar os equipamentos, produtos e/ou prestar os serviços contratados na data avençada.	04
08	Paralisação da obra, serviço ou fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE.	04
09	Reincidir em qualquer das infrações cometidas, após notificação da CONTRATANTE, por item e por ocorrência.	04

Tabela 2: Aplicação de multas para serviços comuns:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,1% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
02	0,3% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
03	0,6% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato
04	1,0% por dia ou ocorrência, sobre o valor mensal do contrato

b) No caso de inexecução parcial, incidência de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da AFEAM;

c) No caso de inexecução total, incidência de multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, conforme avaliação da AFEAM;

d) No caso de fraude na execução do contrato ou fiscal, incidência de multa cuja base deve corresponder ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente;

e) No caso da CONTRATADA descumprir o disposto na CLÁUSULA NONA – PROTEÇÃO DE DADOS desta carta-contrato, incidência de multa cuja base deve corresponder ao prejuízo causado à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Independente da multa prevista nesta carta-contrato, caso a CONTRATADA venha a causar prejuízos à CONTRATANTE, por meio de sua conduta, a mesma fica obrigada a ressarcí-los integralmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O não pagamento da multa aplicada ou ressarcimento do prejuízo causado importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a AFEAM, por 02 (dois) anos, ou até o adimplir a obrigação que deu origem a suspensão.

PARÁGRAFO QUARTO: O débito resultante de multa administrativa de que trata este artigo poderá ser parcelado, total ou parcialmente, em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, mediante requerimento formal da CONTRATADA à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO: Qualquer multa imputada e não paga no prazo concedido pela CONTRATANTE será corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

PARÁGRAFO SEXTO: A aplicação da sanção de multa importa em sua comunicação à CONTRATADA, devendo ser informada no sistema cadastral correspondente ou no SICAF, em caso de a CONTRATADA possuir registro no referido Sistema, bem como ocorrer o seu registro junto aos documentos contratuais.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A aplicação de multa não impede que CONTRATANTE rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: A CONTRATADA será convocada para pagar o valor total da multa mediante depósito identificado, em favor da CONTRATANTE, na conta corrente nº 5050-4, agência nº 3734-6, do Banco Bradesco S.A, e comprovar o pagamento mediante apresentação do respectivo comprovante de depósito bancário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUSPENSÃO: A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a

CONTRATANTE será aplicada nos casos estabelecidos no artigo 245 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM – RILC AFEAM, disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.afeam.am.gov.br/>>, na forma estabelecida nos artigos 252 a 256.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO: O contrato poderá ser rescindido de forma consensual, unilateral ou judicial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A rescisão consensual do contrato ocorrerá por acordo entre as partes, conforme condições definidas no termo de distrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A rescisão unilateral do contrato poderá ser requerida pela CONTRATANTE, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, em que seja assegurado à CONTRATADA direito ao contraditório e ampla defesa prévios, por meio da instauração de processo administrativo, quando ocorrer, dentre outros, os seguintes motivos:

I. o descumprimento total ou parcial de obrigações contratuais pela CONTRATADA;

II. a alteração da pessoa da CONTRATADA, mediante:

a) a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da AFEAM;

b) a fusão, cisão, incorporação, ou associação do Contratado com outrem, não admitidas pela AFEAM e que causem prejuízo à execução do objeto.

III. o desatendimento reiterado e injustificado das determinações da CONTRATANTE decorrentes do acompanhamento e fiscalização do contrato;

IV. o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V. a dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;

VI. a decretação de falência ou a insolvência civil de qualquer uma das partes;

VII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, desde que prejudique a execução do contrato;

VIII. razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

IX. a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

X. o descumprimento pela CONTRATADA da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos; e,

XI. o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A rescisão judicial ocorrerá por meio de decisão judicial.

PARÁGRAFO QUARTO: Quando a resolução do contrato ocorrer por ato unilateral da CONTRATANTE, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório, neste contrato e no RILC AFEAM:

I - assunção imediata do objeto contratado pela CONTRATANTE, no estado e local em que se encontrar; e,

II – retenção de eventuais créditos devidos a CONTRATADA, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos e multas impostas pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO: Quando a resolução do contrato ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, e ainda terá direito a:

I - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; e,

II - pagamento do custo da desmobilização, caso requerido e devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO: O contrato poderá ser alterado por meio de aditamento, nos casos apontados pelo artigo 81, da Lei nº 13.303, de 2016.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições deste contrato, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no seu objeto em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 81, § 1º, da Lei nº 13.303, de 2016.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A supressão do objeto poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato mediante acordo celebrado entre os contratantes, nos termos do artigo 81, § 2º, da Lei nº 13.303, de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOCUMENTAÇÃO: A CONTRATADA e seus representantes legais obrigam-se a manter, durante toda a vigência deste instrumento, os documentos comprobatórios de suas condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura do presente, inclusive a certificação de regularidade fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes desta carta-contrato, no valor mencionado na Cláusula Sexta, inserem-se nos recursos próprios da AFEAM, comprovados por meio de subitem 2.2. do Documento de Oficialização da Demanda – DOD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO: As partes elegem como foro da presente carta-contrato o da cidade de Manaus, com expressa renúncia da CONTRATADA a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

De tudo, para constar, foi lavrado a presente carta-contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legítimos e legais efeitos.

Manaus, 05 de outubro de 2022

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM
(CONTRATANTE)**



MARCOS VINÍCIUS CARDOSO DE CASTRO
Diretor-Presidente



CRISTINA COELHO DA SILVA
Diretora de Administração

**PRESTEM COMÉRCIO DE MAT. ELÉTRICOS E SERV. TÉCNICOS EIRELI
(CONTRATADA)**



CLÁUDIO ANDRADE JÚNIOR
Proprietário

TESTEMUNHAS:



JACQUES DOUGLAS MOTA GONÇALVES
CPF: [REDACTED]
RG: [REDACTED]



LIAH LOPES ANTELA
CPF: [REDACTED]
RG: [REDACTED]